Resenha do livro “Justa”, de Mônica Raisa Schpun.



SCHPUN, Mônica Raisa. *Justa*: *Aracy de Carvalho e o resgate de judeus: trocando a Alemanha Nazista pelo Brasil.* São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

Por Izabela Liz Schlindwein

Doutoranda interdisciplinar em ciências humanas

da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Quando se concede o título de justa para uma mulher que ameaça a Justiça é sinal de há algo errado com a lei. É por isso que além de justa, Aracy de Carvalho Moebius Tessa é também corajosa. Enquanto seis milhões de judeus eram eliminados em massa, da cadeira do seu escritório do consulado, silenciosamente, a brasileira facilitava a entrada de alemães judeus ao Brasil. O vice-cônsul que assinava seu despeito era o amor da vida dela, o autor de “Grande Sertão:Veredas” (1956) Guimarães Rosa – que dedicou esta mesma obra a Ara, como era chamada por ele.

Uma tentativa desesperada de não aplicar as absurdas listas de restrições de direitos do povo judeu. Por muitas vezes, Guimarães Rosa chamava a atenção de Aracy, conforme ela mesma descrevia à imprensasobre o que o escritor e vice-cônsul dizia: “Cuidado, que um dia você também vai sumir”. Porém, seu pedido parece não ter sido atendido.

Essas são as histórias nascidas da memória de suas protagonistas e de carimbos, assinaturas, agendas, listas; documentos que interessariam apenas a uma pesquisadora atenta a um dos contextos mais doloridos da história da humanidade. O silêncio foi quebrado por Mônica Schpun, pesquisadora do Centre d’Histoire Culturelle dês Sociétés Contemporaines e do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp), autora do livro “Justa”.

Os relatos de vida passam a ser mais considerados nas ciências humanas nos anos 70, quando o sujeito é ouvido pela ciência não mais como um ser alienado ou contaminado por ideologias dominantes. Nesta fase, autores como Giddens (1987) também passam a entender melhor este tipo de fonte de informação.

A aproximação de quem lê a vida de quem a escreve promove uma síntese do meio social. A memória individual também leva a uma história social, porém, há de se buscar a compreensão das identidades que possam estar refletidas no texto. Cabe ao pesquisador entender qual estatuto teórico atribuir ao sujeito, que dê um fundamento legítimo, ou seja, ético e científico, ao trabalho de pesquisa. (HOULE, 2008, p. 321).

A importância das histórias dos relatos de vida nas ciências humanas cresce à medida que se obrigam a exibir sua credibilidade metodológica e de qual cientificidade são capazes (HOULE, 2008, p. 318).

Essa redescoberta das histórias de vida é proporcional às ciências humanas, isto é, polissêmica, pelo fato de que as ciências humanas são consideradas uma a uma, e também pela fluidez dos objetos de pesquisa no interior de cada uma dessas disciplinas. [...] Do relato de vida ao relato de vida, a mesa está posta para inúmeras pesquisas que só podem ser explicadas pela variedade dos objetos de pesquisa que lhes são atribuídos, e nas acepções as mais diversas possíveis. Os historiadores fazem a história, os literatos a literatura e os sociólogos a sociologia, evidentemente; contudo, o horizonte traçado desde o relato de vida até o relato da vida, permite propor um novo olhar sobre o objeto de cada uma dessas disciplinas, tanto quanto sobre o seu objetivo. Thompson (1978) trata da questão na história: Quem faz a história? Sobre quem se escreve a história? Como se escreve a história? O que é, então, a literatura? Mais exatamente, no que ela se tornou? (HOULE, 2008, p. 319)

Era preciso falar do Terceiro Reich (1933-1939) e da Era Vargas (1930-1945) pela voz de Aracy de Carvalho. Mas não sem dor. A lista de proibições para judeus na Alemanha não era pequena. Eles foram expulsos do funcionalismo público. O acesso à universidade era limitado, assim como o exercício das profissões relacionadas à medicina e ao direito. Também não poderiam possuir terras ou editar jornais e seus comércios eram boicotados. Assim, sucessivamente, a lista ia aumentando no decorrer dos anos. Os judeus foram excluídos da Previdência Social e banidos do exército. A Lei de Cidadania de Proteção do Sangue e da Honra Alemães isolava os judeus do contato com os arianos.

Racismo e sexismo andaram juntos nesta perseguição. As “arianas” casadas com judeus eram humilhadas publicamente; mas não presas, como os “arianos” casados com judias, o que era visto como uma ameaça à honra masculina. Os nazistas acreditavam que os homens eram a parte sedutora do processo e por isso mais responsáveis. Dentro dessa lógica, as famílias judias eram proibidas de empregarem domésticas alemãs.

As questões de gênero da obra de Mônica Schpun atravessam categorias como etnia, classe, trabalho e religiosidade. Elementos que reforçavam as distinções e que serviam de pretexto para isolamentos. Ao tomarem o poder, o maior desafio dos nazistas foi o desemprego. Um dos planos para combatê-lo era encorajar as mulheres a darem espaço para os homens no mercado de trabalho, ocupando o papel de donas-de-casa. Enquanto o Brasil, na Era Vargas, já não era mais um país em busca de força de trabalho estrangeira, como nas últimas décadas do século 19.

A transformação do antissemitismo em política oficial do regime na Alemanha, fazendo com que o racismo passasse de mera opinião a “verdade científica”, além das crescentes restrições em relação à imigração judaica, inclusive da parte de países democráticos, como os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido, certamente ecoaram nas decisões tomadas no Brasil em relação à entrada de refugiados no País. E Aracy estava cotidianamente ligada a esta questão, já que não parava de crescer o número de pedidos de vistos para judeus interessados em migrar para o Brasil. (SCHPUN, 2011, p. 69)

Os judeus eram definidos pelos nazistas pelo critério da “raça” e não da religião. Assim, era judeu quem tivesse pais ou avós judeus, bastando que um deles fosse. Uma brecha para quem quisesse migrar era um decreto de 1938 que permitia a entrada no país se o viajante retornasse ao país de origem ou pedisse um visto temporário de seis meses. Outra forma encontrada por judeus para conseguirem autorização era pelo casamento. O residente no Brasil, muitas vezes descendente de alemães, ia a Alemanha e casava-se com uma judia, trazendo-a para o país.

Apesar de todas as restrições, o número de imigrantes judeus não foi pequeno naquela época. Entre 1933 e 1942, 23.445 judeus conseguiram entrar legalmente no Brasil. Uma das explicações é a de que os responsáveis pela decisão de aprovar ou não a entrada oscilavam em suas posições. Alguns acreditavam que a vinda de judeus ao país poderia ser útil à economia enquanto outros assumiam os discursos e posturas antissemitas, barrando os documentos necessários à entrada. Esta é a visão de Jeffrey Lesser (1995), no livro “A questão judaica no Brasil”. Nisso tudo, não faltaram tentativas de burlar o sistema por brechas das leis ou por meio do chamado clientelismo.

Dizer que o Brasil era pró-germânico nos anos que precederam a guerra me parece exagerado. As preocupações com a soberania nacional tomavam a dianteira. Vale lembrar que o embaixador alemão, Karl Ritter, que tentou criar um Partido Nazista no país e intervir junto às populações de origem alemã vivendo, sobretudo, no Sul do País, foi considerado *persona non grata* pelo governo e deixou o país em setembro de 1938. O embaixador brasileiro foi, então, chamado de volta. Os novos embaixadores só foram nomeados, por ambas as partes, em junho de 1939. Isso não alterou absolutamente a política migratória em relação aos judeus. O assunto estava mais ligado à desconfiança do governo em relação aos imigrantes alemães que já viviam em solo brasileiro, vigiados e reprimidos durante o Estado Novo. (SCHPUN, 2011, p. 102)

Mas as repressões seguiram fortes. Em 1937 e 1938, novas leis surgiram. Desta vez, controlando os bens dos judeus, na chamada “arianização” da economia. Sem acesso às instâncias jurídicas e tendo de declarar seus bens, os judeus foram proibidos de comercialização.

Como se não bastasse o bloqueio dos bens, emigrar custava cada vez mais caro. Eles tinham de deixar seus bens ao Reich. Além disso, foram criadas leis para impedir que o dinheiro fosse enviado ao exterior. O Imposto sobre Evasões Fiscais já existia antes da tomada de Hitler ao poder, criado dentro de um conjunto de regras ligadas ao pagamento de reparações da Primeira Guerra, como exigência do Tratado de Versalhes.

O livro de Mônica Schpun menciona a Noite de Cristal como um estopim de uma série de outros eventos violentos, fato que influenciou seus narradores na decisão de migrar. Em uma noite de outubro de 1938, 17 mil judeus poloneses que viviam na Alemanha foram levados de trem até a fronteira com a Polônia. Alguns conseguiram voltar por causa da defesa de advogados, no início de 1939, mas cerca de um terço pereceu.

No início de novembro, um jovem de 17 anos que vivia em Paris com os tios, recebeu um cartão da irmã que estava na fronteira com os pais. Não aguentando a situação, em uma atitude desesperada, o rapaz entrou na embaixada alemã de Paris e atirou no secretário Ernst vom Rath. O acontecimento serviu de pretexto para que estourasse o grande pogrom da noite de 9 de novembro.

Por que migrar?

Eram muitos os motivos que levavam à imigração de mulheres na época em que Aracy Carvalho partiu para a Alemanha. Desde a fuga da vigilância dos maridos, pais, irmãos, noivos prometidos ou vizinhança, religião e outras formas de dependência até a perspectiva de uma vida em grandes centros urbanos.

O fato de migrar era, então, uma experiência libertadora para a mulher. Assim também foi para Aracy, que encontrou sérias dificuldades financeiras para morar em outro país, mas nunca desistiu, a começar pela dificuldade de conseguir uma vaga no consulado.

Para ter acesso aos detalhes de cada passo, a pesquisadora Mônica Schpun teve acesso às agendas de Aracy. Nas páginas, Aracy escrevia muito mais do que compromissos burocráticos e cotidianos como também notas pessoais que hoje são testemunhas de sentimentos vividos por ela. Um exemplo é a frequente menção ao nome de Guimarães Rosa, recém-contratado cônsul-adjunto, com quem se casou mais tarde.

É na escrita sem retoques que Aracy revela momentos-chaves e indícios de sua personalidade. O comentário “Estive linda”, por exemplo, revela sua preocupação em atender às expectativas do pretendente. Conforme relata a autora, o relacionamento com Guimarães Rosa foi certamente decisivo na permanência de Aracy na Alemanha, inclusive durante a guerra.

Além dos percursos de Aracy Carvalho, a autora de “Justa” conta como foi o processo de migração da Alemanha para o Brasil de Margarethe Levy, amiga de Aracy, quem também ajudou. Ela e o marido Hugo tiveram de deixar a Alemanha por ele não poder exercer a profissão de dentista. Mesmo assim, conforme conta Margarethe, Levy trabalhou até o último minuto.

Apesar as determinações que atingiam o marido, as restrições não alcançavam Margarethe da mesma forma. Conforme ela mesma conta à autora, passava facilmente despercebida pelos rastros de constrangimento por ter aspectos físicos semelhantes aos dos “arianos”. Mas um dado que chamou a atenção da autora, em um documento de regularização da situação do casal no Brasil, foi a designação de livres-pensadores[[1]](#footnote-1) abaixo do nome de cada um. O que diz muito sobre seus estilos de vida.

Quando o casal Levy chegou a São Paulo, na década de 30, encontrou uma cidade como a descrita por Claude Lévi-Strauss. Para ele, cidades como esta eram novas e tiravam desta novidade sua essência e sua justificação, mantendo-se em constante renovação. Este ciclo de evolução era curto em comparação às cidades europeias, que se renovavam lentamente. Elementos de verticalização eram registrados em fotos, enfatizando a ideia de progresso.

A cidade firmara seu papel cosmopolita, que o próprio Mário de Andrade cantou em versos, abordando com frequência a diversidade das origens de sua população. Para tal, usou e abusou da ideia forjada pelo termo “arlequinal”, cuja referência era os losangos coloridos e justapostos do traje do personagem Arlequim. A imagem, aplicada à composição dos paulistanos, traz um duplo significado: grande variedade das origens, mas também nitidez das fronteiras entre os grupos que, convivendo no mesmo espaço urbano, nutriam orgulhosamente certos traços diferenciadores, entre as diversas línguas, hábitos culinários, calendários religiosos e festivos, e práticas socioculturais coesivas. (SCHPUN, 2011, p. 273)

Nos anos 30, muito judeus que tinham começado como ambulantes já tinham conquistado suas próprias lojas no Bom Retiro. Após a guerra, os ares de renovação podiam ser percebidos para além da verticalização interpretada por Lévy-Strauss. O *boom* de nascimentos de crianças judias nesta época foi a resposta para as perdas. Era tempo de ser quem desejasse ser.

Na Alemanha, chegada dos “novos tempos” não favorecia as mulheres. Elas ficavam restritas aos três “Ks”: kinder, küche, kirche (criança, cozinha, igreja). É no começo do século 20 que se fortalecem as manifestações pela educação sexual. Ao mesmo tempo, a esterilização foi vista como preocupação com a higiene da “raça”. Para a autora de “Justa”, “corpo e texto, juntos, marcaram, de modo determinante, a ‘“morte social’, antes da morte física dos judeus”.

Quando o Brasil rompeu com a Alemanha, em 1942, Guimarães Rosa foi internado em Baden-Baden por quatro meses, sendo libertado em substituição a diplomatas alemães. Ele e Aracy casaram-se no México e viveram juntos até 1967, quando o escritor morreu. Aracy nunca se casou novamente, com Mal de Alzheimer, perdeu a vida em 2011, aos 102 anos. Ela é lembrada pelos judeus que migraram como o “anjo de Hamburgo”.

REFERÊNCIAS

HOULE, Gilles. *A sociologia como ciência da vida: a abordagem biográfica. Tradução de Ana Cristina Nasser.* In. SALLUM JÚNIOR, Basílio (coord.). A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 317-334.

GIDDENS, Anthony. *Em defesa da sociologia.* Tradução de Roneide Venâncio Majer, Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 228 p.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica.* Rio de Janeiro: Editora Imago, 1995.

1. Os livre-pensadores estavam ligados à ideologia do espírito livre, defendendo a igualdade, tolerância, não-violência e independência religiosa. [↑](#footnote-ref-1)